



Concurso Público para Provimento de Vagas para Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE'S) do IFPE

EDITAL Nº 39/2025 - REI/IFPE

TAE CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



Caderno de Provas

**TAE
311**

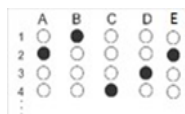
TECNÓLOGO - FORMAÇÃO GESTÃO DE PESSOAS

Edital Nº 039/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma é correta).
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área de conhecimento da questão	Número de questões	Valor total Pontos
Língua Portuguesa	10 questões	10 pontos
Noções de Informática	05 questões	05 pontos
Legislação Aplicada	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	05 pontos
Conhecimentos Específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A educação e a formação já dançaram?

Dirce Waltrick do Amarante e Fedra Rodríguez

Um jovem no primeiro ano do ensino médio é um aluno exemplar. Certo dia, ao se levantar para receber a nota máxima na feira de ciências de sua escola, ouve, entre assobios e vaias, diversos comentários. Até que uma das agressões verbais se torna o “grito de guerra” dos colegas: “Vai ser CLT! Vai ser CLT!”. Deram-lhe a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de colocar-lhe a pecha de fracassado. O apreço pelo estudo é um sinal claro de falta de ambição e incapacidade de faturar milhões – e, portanto, de “ter sucesso” na vida – para essa multidão berrante. Certamente, é um “crime” que merece tamanha punição, claro.

Cenas semelhantes, embora não tenham acontecido exatamente da forma como a ficção contada aqui, já são um fato corriqueiro entre crianças, adolescentes e jovens do Brasil. Por si só, esse dado já seria de extrema preocupação, revelando o desprezo das novas gerações – doutrinadas pelo panorama contemporâneo – pelo modelo de trabalho que garante o sustento de milhões de brasileiros. Mas o problema, neste caldo de tigrinhos, dancinhas, jogadores que não jogam nem declaram impostos e que estão bilionários, é justamente o trabalho. O trabalho, da forma como até pouco tempo o concebíamos, se tornou sinônimo de burrice, por conseguinte, o conhecimento e a responsabilidade também. E não, não culpemos esses jovens, supostamente de “cabeça fraca”, como já ouvimos de nossos pais e eles de nossos avós. A crise civilizatória de nosso tempo é feita de uma miríade de “subcrises”, inclusive éticas e intelectuais, que envolvem e repercutem em diversas camadas sociais.

Os mais novos, em formação, revelam o contexto complexo em que estamos imersos e reagem a ele com a prontidão e a insensatez típicas da juventude. Porém, na era das big techs megalomaniacas, dos coaches de soluções milagrosas e das celebridades instantâneas, a insensatez não é mais uma prerrogativa juvenil, embora as atitudes observadas entre indivíduos da geração alpha sejam os sintomas mais emblemáticos.

De acordo com o Inep, entre 2013 e 2023, houve uma queda de 45,6% de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Um declínio que se acentuou com os anos de pandemia e com a crescente febre de influencers e de investidores mágicos que dão inveja a Houdini. A desvalorização do ensino superior – refletido no desmonte das universidades – e do modelo convencional de trabalho, a ameaça da inteligência artificial aos atuais postos de emprego e o incentivo ao lucro rápido tiveram peso considerável para que alcançássemos esse resultado.

Um fato curioso ajuda a corroborar esta análise: as páginas de grandes universidades brasileiras nas mídias sociais têm menos seguidores do que as páginas de influenciadores digitais. Vejamos, por exemplo, três instituições de diferentes estados: no Instagram, a página da USP, uma das maiores e mais bem conceituadas da América Latina, tem 421 mil seguidores; a de outra grande universidade brasileira, a PUC/RIO tem minguados 18.700; já a da UFSC tem apenas 154 mil seguidores. O número de seguidores dessas três instituições de ensino juntas é menor do que o número de seguidores de uma influenciadora como Virgínia Fonseca (a que chupou o microfone do Senado), que tem 56 milhões. A PUC/RIO consegue ter menos seguidores do que a influenciadora mirim Vicky Justus, que começou ontem na “profissão”, mas já é seguida por 125 mil pessoas. Se compararmos a Carlinhos Maia, com seus 35,6 milhões de fãs de Instagram, a situação se torna vexatória.

Há, é claro, todo tipo de influenciador digital. Alguns promovem grandes debates e reflexões, outros dançam, cantam e perguntam para os seguidores que roupa devem vestir. Aqueles que promovem o debate contribuem para a sociedade e também para as universidades, pois acabam remetendo a elas ou são, muitas vezes, frutos delas. Esse é o caso, por exemplo, de Rita von Hunty, nome artístico de Guilherme Terreri Lima Pereira, Bacharel em atuação cênica pela UNIRIO, e em literatura inglesa pela USP.

Mas e os outros influenciadores? Como é possível explicar que aqueles que dançam ou compartilham seu dia a dia, geralmente bastante glamourosos, consigam chamar mais atenção do que uma instituição de ensino com cursos e saberes variados?

Vilém Flusser, o pensador checo-brasileiro, talvez explique o fenômeno no livro *A filosofia da Caixa Preta*, publicado em 1985. Com um olhar muito à frente de seu tempo, Flusser reflete sobre o poder das imagens

técnicas, ou seja, daquelas produzidas por aparelhos, em contraponto às imagens tradicionais. Enquanto “as imagens tradicionais imaginam o mundo”, as imagens técnicas, de “carácter aparentemente não-simbólico, objetivo”, fazem com que “seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos”. A função por trás das imagens técnicas, de acordo com Flusser, seria então a de “emancipar a sociedade da necessidade de pensar conceitualmente”.

Dos anos 1980 até os dias de hoje, houve uma proliferação de imagens técnicas, que culmina agora na chegada das imagens produzidas pelas inteligências artificiais. Ao longo dessas últimas décadas, a “liberdade” de não precisar pensar conceitualmente, parece ter provocado uma onda de comodismo ou preguiça, que levou à perda do senso crítico. Desse modo, as pessoas passaram a confiar cada vez mais nessas imagens, sem colocá-las em xeque, ou melhor, sem considerar que elas devem, como qualquer imagem, “ser decifradas por quem deseja captar-lhe o significado”, como alerta Flusser. Segundo o pensador, aliás, “decifrá-las é reconstituir os textos que tais imagens significam. Quando as imagens técnicas são corretamente decifradas, surge o mundo conceitual como sendo o seu universo de significado”. Portanto, quando se contempla uma imagem técnica, como diz Flusser, o que vemos, na verdade, “não é ‘o mundo’, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem”.

As redes sociais estão inundadas de imagens técnicas. Os influenciadores abusam delas, talvez não tão ingenuamente quanto se pensa. Eles parecem confiar na “magia” que elas provocam nos seguidores. A respeito dessa magia, ou “nova magia”, como afirma Flusser, ela não tem a ver com ideia de elaboração de um mito, mas com a simples ritualização de um programa que não tem por objetivo “modificar o mundo lá fora”, mas criar “seus receptores para um comportamento mágico programado”. Em um efeito manada, influenciadores angariam novos “receptores” programados, que se encantam com aquilo que lhes é oferecido como verdade e possibilidade.

Os influenciadores entenderam como lidar com as imagens técnicas e manipular seus seguidores, cooptando cada vez mais deles. As universidades, ao contrário, em vez de angariar mais seguidores, parecem cada vez mais encantadas com as imagens técnicas, principalmente depois das IAs, e com a sua revolução que, como disse Flusser nos anos 1980, tomou rumo diferente: as imagens técnicas “não tornam visível o conhecimento científico, mas o falseiam; não reintroduzem as imagens tradicionais, mas as substituem; não tornam visível a magia subliminar, mas a substituem por outra. Nesse sentido, as imagens técnicas passam a ser ‘falsas’, ‘feias’ e ‘ruins’, além de não terem sido capazes de reunificar a cultura, mas apenas de fundir a sociedade em massa amorfa”.

Como introduzir nas imagens técnicas a magia da busca pelo conhecimento se “ter” é melhor do que “ser” e até mesmo “estar”? Como reprogramar seus observadores para que ponham em xeque o que veem?

Nesse momento, nos vem à mente uma tirinha da pequena intelectual Mafalda, criação do argentino Quino. Em um diálogo com Susanita – epítome da frivolidade –, Mafalda confessa que, quando crescer, quer “ter cultura”. Susanita, por sua vez, declara que prefere vestidos e então provoca: “Se sair na rua sem cultura, você é presa?”. Mafalda responde que não. E Susanita, triunfante, finaliza: “Experimente sair na rua sem vestidos”. Como Mafalda, acabamos admitindo — ainda que com revolta — que Susanita tem razão. Em 2025, experimente dizer que é CLT.

Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

1. De forma global, o texto objetiva

- A) narrar acontecimentos evidenciadores da complexidade da relação das novas gerações com o mercado de trabalho.
- B) descrever situações caracterizadoras da relação conflituosa das novas gerações com o mercado de trabalho.
- C) construir um posicionamento acerca da relação das novas gerações com a exigência social da obtenção de um diploma universitário.
- D) narrar e descrever acontecimentos caracterizadores da visão acrítica das novas gerações em relação ao trabalho formal.
- E) construir um posicionamento acerca da visão das novas gerações em relação ao trabalho e à educação formais.

2. De acordo com as autoras, o problema tematizado no texto
- A) decorre da formação familiar dada aos jovens.
 - B) resulta das falhas do sistema educacional brasileiro.
 - C) ratifica o quão nocivos são os influenciadores digitais.
 - D) ratifica o quão nocivas são as inovações tecnológicas.
 - E) resulta de uma crise da própria humanidade.
3. Os quatro primeiros períodos do primeiro parágrafo apresentam características predominantes do tipo
- A) descritivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
 - B) injuntivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
 - C) narrativo, e este é o tipo predominante no texto.
 - D) descritivo, e este é o tipo predominante no texto.
 - E) narrativo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
4. Sobre as diferentes vozes presentes no texto, é correto afirmar que
- A) à voz das autoras juntam-se outras vozes que fortalecem a discussão.
 - B) à voz das autoras juntam-se outras vozes em uma relação de discordância.
 - C) a voz de Flusser enfraquece a visão trazida pelos dados do Inep.
 - D) a citação do texto de Quino serve tão somente para imprimir leveza à discussão.
 - E) as citações de Flusser e do texto de Quino apresentam posições divergentes entre si.
5. As autoras recorrem ao recurso da ironia
- A) no último período do segundo parágrafo.
 - B) no último período do primeiro parágrafo.
 - C) no primeiro período do quinto parágrafo.
 - D) no primeiro período do último parágrafo.
 - E) no último período do oitavo parágrafo.
6. As aspas, ao longo do texto, são empregadas
- A) com a mesma função.
 - B) para indicar tão somente ironia.
 - C) com funções distintas.
 - D) para indicar tão somente citação.
 - E) para indicar tão somente neologismos.
7. Leia o período reproduzido a seguir. Considere o contexto linguístico no qual esse período está inserido.

Deram-lhe a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de **colocar-lhe** a pecha de fracassado.

As palavras em destaque foram empregadas com função coesiva

- A) anafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em número com o referente.
- B) catafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- C) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- D) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.
- E) catafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.

8. Em algumas afirmações, as autoras fazem uso da estratégia persuasiva da modalização da linguagem. Essa estratégia está linguisticamente marcada no
- A) segundo período do décimo parágrafo, por meio do uso de um advérbio.
 - B) primeiro período do sexto parágrafo, por meio do uso do verbo haver.
 - C) primeiro período do décimo primeiro parágrafo, por meio do uso de verbos no infinitivo.
 - D) primeiro período do segundo parágrafo, por meio do uso da conjunção concessiva “embora”.
 - E) segundo período do quinto parágrafo, por meio do uso da expressão “por exemplo”.
9. Os dois períodos que compõem o terceiro parágrafo estão interligados por uma palavra sinalizadora de relação sintático-semântica de
- A) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
 - B) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
 - C) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “entretanto”.
 - D) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “no entanto”.
 - E) concessão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “conquanto”.
10. Há, no texto, quatro ocorrências de uso da palavra **até**. Sobre essas ocorrências, é correto afirmar:
- A) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
 - B) no nono parágrafo, a palavra **até** apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
 - C) no segundo parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
 - D) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
 - E) no primeiro parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação espacial e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No gerenciamento de arquivos no sistema operacional Windows, cada arquivo possui um sufixo que identifica o seu tipo, conhecido como extensão. Sobre esse assunto, é correto afirmar:
- A) arquivos de texto simples geralmente utilizam a extensão .txt.
 - B) arquivos de planilhas do Microsoft Excel utilizam a extensão .docx.
 - C) arquivos de documentos do Microsoft Word utilizam a extensão .pptx.
 - D) arquivos compactados em formato ZIP aparecem sempre com a extensão .rar.
 - E) arquivos de apresentação do Power Point utilizam a extensão .xls.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

12. Uma das preocupações dos usuários na era digital é a preservação dos seus dados. Para isso é necessário utilizar-se de *backups*. Sobre estratégias de *backups*, é correto afirmar que o *backup*
- A) incremental salva, a cada execução, todos os arquivos do sistema, independentemente de terem sido modificados ou não.
 - B) diferencial realiza a cópia de todos os arquivos que foram alterados ou adicionados desde a última execução de um *backup* completo.
 - C) completo armazena apenas os arquivos que foram criados ou modificados desde a última cópia de segurança, seja ela total ou incremental.
 - D) incremental realiza a cópia integral de todos os arquivos do computador em cada execução.
 - E) espelhado distribui os arquivos de forma criptografada em vários locais, sendo a estratégia mais comum em sistemas domésticos.
13. Os navegadores de Internet são programas fundamentais para acessar a Web. Entre os recursos disponíveis nesses navegadores, destaca-se o modo de navegação anônima (ou privativa), que quando ativado pelo usuário
- A) Impede totalmente que o provedor de Internet, sites visitados ou administradores de rede rastreiem a navegação do usuário.
 - B) provoca o bloqueio automático de todos os anúncios e pop-ups durante a navegação.
 - C) impede o salvamento do histórico e arquivos temporários depois que o navegador for fechado.
 - D) permite que a navegação na Internet seja mais rápida, pois aumenta a velocidade de conexão.
 - E) protege a navegação contra vírus e malwares, funcionando como um antivírus integrado ao navegador.
14. Em planilhas eletrônicas, como Microsoft Excel ou LibreOffice Calc, é possível aplicar Formatação Condicional. Esse recurso permite
- A) alterar automaticamente os valores das células de acordo com critérios definidos pelo usuário.
 - B) modificar automaticamente a aparência de uma célula com base em condições, como destacar em vermelho valores abaixo de uma meta.
 - C) validar a entrada de dados nas células, permitindo apenas valores que atendam a critérios definidos.
 - D) bloquear células de uma planilha, condicionando sua formatação a inserção de uma senha escolhida pelo usuário.
 - E) importar dados de fontes externas, caso o conteúdo inserido coincida com critérios previamente definidos.
15. Em uma planilha eletrônica, uma empresa deseja calcular a média de vendas apenas dos vendedores que atingiram valor superior a R\$ 3.500,00 no mês. Para isso, foi criada uma coluna com os valores de venda (células B2:B11). Sendo assim, a fórmula que deve ser utilizada para realizar esse cálculo é:
- A) = **MÉDIA (B2 : B11 > 3500)** , pois retorna a média somente dos valores acima de 3500.
 - B) = **SE (B2 : B11 > 3500 ; MÉDIA (B2 : B11) ; "")** , já que o SE filtra os valores antes de calcular a média.
 - C) = **MÉDIASE (B2 : B11 ; ">3500")** , pois calcula diretamente a média, considerando apenas as células que atendem ao critério.
 - D) = **SEERRO (MÉDIA (B2 : B11) ; 0)** , garantindo que valores incorretos sejam ignorados.
 - E) = **SOMA (B2 : B11) / CONT . SE (B2 : B11 ; ">3500")** , dividindo o total pela quantidade de vendedores que atingiram o critério.

LEGISLAÇÃO APLICADA

16. O poder de polícia da Administração, que permite restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo (ex: fiscalização sanitária, controle de edificações), tem como fundamento direto o princípio da
- A) supremacia do interesse público.
 - B) eficiência.
 - C) autotutela.
 - D) indisponibilidade do interesse público.
 - E) legalidade.
17. Um gestor público, diante de uma situação de alta complexidade técnica e econômica, baseia sua decisão, exclusivamente, em um parecer técnico-científico, elaborado por um perito de notório saber, que posteriormente se revela equivocado, causando prejuízos à Administração. Nos termos do Decreto nº 9.830/2019, a responsabilização pessoal do gestor
- A) depende da comprovação de que ele obteve alguma vantagem pessoal com a decisão, caracterizando dolo.
 - B) é objetiva e solidária com a do parecerista, pois o gestor tem o dever de decidir e assume integralmente o risco de sua decisão.
 - C) fica condicionada à condenação prévia do parecerista na esfera cível ou profissional.
 - D) é automática, pois a ele compete a decisão final, sendo o parecer um mero subsídio não vinculante.
 - E) poderá ser afastada se ele demonstrar que não dispunha de conhecimentos técnicos para questionar o mérito do parecer e que o perito foi escolhido com base em critérios objetivos.
18. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário independe da
- A) ocorrência de dano ao patrimônio público.
 - B) comprovação do dolo específico do agente.
 - C) individualização da conduta do agente na prática do ato.
 - D) aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.
 - E) absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
19. O desenvolvimento do servidor na carreira dos Técnico-Administrativos em Educação ocorre por meio de dois mecanismos:
- A) a readaptação e a recondução.
 - B) a progressão por capacitação profissional e a progressão por mérito profissional.
 - C) a avaliação de desempenho a cada dois anos e a promoção por merecimento.
 - D) o incentivo à qualificação e o adicional por tempo de serviço.
 - E) a promoção por antiguidade e a promoção por merecimento.
20. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais. A respeito da natureza e das disposições legais aplicáveis a essas instituições, é correto afirmar que esses Institutos
- A) são órgãos administrativos subordinados ao Ministério da Educação.
 - B) podem ministrar educação profissional técnica de nível médio, sendo vedada a de nível superior.
 - C) terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor, 1 Vice-Reitor e 7 Pró-Reitores.
 - D) são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi.
 - E) serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 anos, permitida reconduções.

21. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos (Art. 37, inciso XVI, Constituição Federal)

- A) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de um novo cargo na ativa só é permitida se os cargos fossem acumuláveis na atividade.
- B) aplica-se a um servidor aposentado, contudo, considerando os valores dos proventos da aposentadoria e da remuneração do novo cargo, ele deverá receber o que for de maior valor, não podendo receber ambos.
- C) não se aplica a um servidor aposentado, pois a vedação constitucional só se aplica a servidores da ativa, e a Constituição Federal é silente sobre os aposentados.
- D) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação é vedada em todos os casos, exceto se a aposentadoria tiver ocorrido por invalidez.
- E) não se aplica a um servidor aposentado, pois uma vez aposentado, o vínculo com o serviço público se encerra, podendo o indivíduo assumir qualquer outro cargo público sem restrições, considerando o princípio da liberdade profissional.

22. Considere o excerto abaixo.

“Novidade da Constituição de 1988 — distanciando-se das cartas passadas, que não disciplinavam a matéria como agora, o art. 4º listou, de forma sistemática e categórica, os princípios regentes das relações exteriores do Brasil. A matéria e a forma do preceito, adotados pela Assembleia Nacional Constituinte, derivaram do art. 26 do Anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. E, ao erigir os incisos do art. 4º ao posto de princípios regentes da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, o constituinte prescreveu vetores que repercutem na própria ordem jurídica interna.”

(BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023, p. 398).

Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, destaca-se

- A) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- C) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) a dignidade da pessoa humana.
- E) a soberania.

23. Leia o excerto abaixo.

“O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público”.

(NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025, p. 2”).

Em relação à temática do Direito Administrativo,

- A) o cargo de vereador é classificado como um servidor público.
- B) a nomeação de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é um exemplo de ato administrativo simples.
- C) a imperatividade é um dos atributos que caracteriza o ato administrativo.
- D) o decreto regulamentar tem natureza jurídica de um ato administrativo enunciativo.
- E) a revogação é uma técnica utilizada para anular o ato administrativo por vício de legalidade.

24. O servidor público federal pode ser removido,
- A) a pedido, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar.
 - B) a pedido, a critério da Administração Pública, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente.
 - C) a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração Pública em virtude de processo seletivo.
 - D) de ofício, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge que foi deslocado no interesse da Administração.
 - E) de ofício, a critério da Administração Pública, em virtude de processo seletivo promovido ou para acompanhar cônjuge.
25. Sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), concurso e servidor público federal, é correto o entendimento de que
- A) a pensão por morte de servidor público federal pode ser concedida ao filho inválido de qualquer idade, mesmo que a invalidez seja posterior ao óbito.
 - B) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
 - C) a exigência de diploma de nível médio técnico em concurso não pode ser suprida por diploma de nível superior na mesma área de atuação.
 - D) o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público.
 - E) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade do processo.

INTEGRIDADE

26. O Decreto nº 11.529/2023 define conceitos relacionados ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. Com base na referida Norma, transparência passiva é a(o)
- A) publicação proativa de informações nos portais de transparência das instituições públicas, sem necessidade de solicitação.
 - B) comunicação interna entre órgãos e entidades da Administração Pública para compartilhamento de dados estratégicos.
 - C) divulgação de informações somente quando autorizada por autoridade superior, em casos excepcionais e devidamente justificada, conforme estabelecido na Lei de Acesso à Informação.
 - D) disponibilização de informações públicas mediante atendimento a pedidos apresentados por qualquer interessado, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação.
 - E) direito de acesso a informações garantido a servidores públicos no exercício de suas funções.

27. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) prevê regras específicas quanto à composição das Comissões de Ética nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. De acordo com o referido Decreto, a Comissão de Ética deve ser integrada por
- A) cinco membros eleitos entre todos os servidores da instituição, com a relação dos respectivos titulares e suplentes.
 - B) três membros titulares, escolhidos pela autoridade máxima do órgão, a partir de indicações realizadas pelo sindicato.
 - C) um servidor efetivo, um comissionado e um representante sindical, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
 - D) cinco servidores, dos quais três efetivos e dois temporários, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
 - E) três membros titulares com respectivos suplentes, indicados entre servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.
28. O Decreto Federal nº 12.122/2024 e a Portaria MGI nº 6.719/2024 adotam a transversalidade como diretriz na prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação. De acordo com esses normativos, a transversalidade significa que
- A) a responsabilidade pelos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação recai sobre as chefias imediatas, as áreas de gestão de pessoas e a autoridade máxima do órgão.
 - B) as políticas de prevenção ao assédio e discriminação devem assegurar a capacitação e a realização de treinamentos para todos os servidores públicos, independentemente do cargo ou função exercidos.
 - C) cada unidade administrativa possui autonomia plena para adotar medidas próprias, independentemente das diretrizes estabelecidas pela Justiça ou pelos órgãos de controle internos ou externos.
 - D) a abordagem das situações de assédio e discriminação deverá levar em conta sua relação com a organização, a gestão do trabalho e suas dimensões sociocultural, institucional e individual.
 - E) a proteção das identidades de todas as partes envolvidas, incluindo testemunhas, no tratamento dos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação, é a principal diretriz a ser observada.
29. No âmbito de um processo de planejamento institucional, o IFPE aplicou um questionário aos estudantes solicitando: nome completo, estado civil, número do CPF, histórico de saúde, origem racial, convicção religiosa e dados bancários. Conforme o inciso II do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), são considerados dados pessoais sensíveis as informações que dizem respeito a:
- A) histórico de saúde, origem racial e convicção religiosa.
 - B) origem racial, estado civil e número do CPF.
 - C) dados bancários, número do CPF e convicção religiosa.
 - D) histórico de saúde, origem racial e dados bancários.
 - E) estado civil, convicção religiosa e dados bancários.
30. O Decreto nº 9.203/2017 estabelece princípios que orientam a governança pública. Analise as opções a seguir e assinale a que apresenta apenas princípios previstos no art. 3º do Decreto.
- A) Eficiência, moralidade, capacidade de resposta e transparência.
 - B) Legalidade, confiabilidade, sustentabilidade e prestação de contas.
 - C) Capacidade de resposta, publicidade, melhoria regulatória e legalidade.
 - D) Impessoalidade, capacidade de resposta, sustentabilidade e confiabilidade.
 - E) Integridade, confiabilidade, prestação de contas e responsabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Uma rede de atacarejo em processo de crescimento decidiu inaugurar novas unidades em diferentes regiões do país. Para dar suporte a essa expansão, a área de gestão de pessoas foi requisitada com a finalidade de prever a quantidade e o perfil dos profissionais necessários para as novas operações, considerando as metas estratégicas e o orçamento disponível. Esse processo, que busca alinhar a força de trabalho às necessidades atuais e futuras da organização, corresponde
- A) ao planejamento de gestão de pessoas.
 - B) à análise de desempenho.
 - C) à estruturação em rede.
 - D) ao plano de cargos e salários.
 - E) ao benchmarking organizacional.
32. Na perspectiva da gestão estratégica de pessoas, as organizações modernas buscam superar a visão tradicional das pessoas apenas como recursos, passando a tratá-las como
- A) colaboradores e parceiros, responsáveis por agregar competências, inteligência organizacional e comprometimento.
 - B) custos operacionais a serem monitorados e reduzidos por meio de normas rígidas e controles burocráticos.
 - C) mão de obra subordinada, direcionada à execução de tarefas manuais e rotineiras da organização.
 - D) executores de ordens, com baixa integração à missão institucional e à visão de futuro da organização.
 - E) profissionais considerados de forma individualizada, com ênfase reduzida em cooperação, inovação ou aprendizagem contínua.
33. De acordo com a Lei 9.784/99, a objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades, se refere ao princípio do(a)
- A) interesse público.
 - B) moralidade.
 - C) finalidade.
 - D) razoabilidade.
 - E) legalidade.
34. Na gestão de pessoas, o sistema de recompensas não se limita ao salário direto, podendo incluir benefícios sociais, incentivos e aspectos não financeiros. Entre os exemplos de recompensas não financeiras, que contribuem para a motivação e o engajamento dos colaboradores, considera-se
- A) a oportunidade de crescimento e segurança no emprego.
 - B) férias remuneradas e a qualidade de vida no trabalho.
 - C) a participação nos lucros e promoções por desempenho.
 - D) prêmios por reconhecimento e o décimo terceiro salário.
 - E) o adicional noturno e a segurança no emprego.

35. Um servidor de uma instituição pública federal, é responsável por analisar os documentos de habilitação de empresas em um processo licitatório. Seu irmão é sócio de uma das empresas concorrentes em um certame. Conforme o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil (Decreto nº 1.171/94), a conduta mais adequada para o servidor, diante dessa situação é
- A) continuar o processo, mas com a garantia de que as informações sobre a empresa de seu irmão sejam mantidas em sigilo para evitar vazamentos.
 - B) comunicar ao irmão o fato de estar participando da análise, para que ele possa decidir se continua na concorrência, o que demonstra transparência.
 - C) comunicar a situação à sua chefia imediata e solicitar sua substituição no processo para evitar um possível conflito de interesses ou suspeita de favorecimento.
 - D) proceder normalmente com a análise, pois não há proibição legal de atuar em processos nos quais um parente participa como concorrente, desde que não haja favorecimento.
 - E) atuar apenas na análise das demais empresas concorrentes, abstenendo-se de analisar os documentos de seu irmão.
36. Uma gerente de projetos, identificou que sua equipe apresenta dificuldades para cumprir prazos. Em vez de apenas reforçar o controle de horários e tarefas, decidiu adotar uma abordagem baseada no conceito de competências na Gestão de Pessoas. A principal finalidade dessa prática é
- A) permitir a identificação das lacunas de conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe, orientando ações de desenvolvimento e melhoria de desempenho.
 - B) realizar substituições de colaboradores com baixo desempenho por outros que já possuam as competências necessárias ao cargo.
 - C) estabelecer hierarquias internas em que os profissionais mais antigos supervisionam os recém-contratados.
 - D) focar na mensuração do tempo de execução de cada tarefa, vinculando a produtividade individual a critérios de avaliação.
 - E) definir políticas de remuneração baseadas prioritariamente na formação acadêmica, independentemente das habilidades práticas demonstradas.
37. Considere o seguinte exemplo:

Um gestor público adota práticas que ampliam a autonomia de sua equipe, delegando autoridade, incentivando a participação nas decisões e estimulando a responsabilidade individual e coletiva pelos resultados. Essa forma de gestão caracteriza-se como uma mudança cultural, na qual os colaboradores passam a ter mais iniciativa, assumem a responsabilidade pela melhoria contínua do trabalho, pelo foco no cliente e pela contribuição à missão organizacional.

Com base no exemplo apresentado, o tipo de gestão adotada pelo gestor é

- A) *coaching*.
- B) *mentoring*.
- C) *empowerment*.
- D) liderança autocrática.
- E) *endomarketing*.

38. O ambiente de trabalho deve assegurar condições adequadas de higiene, saúde e segurança, prevenindo riscos que possam comprometer a integridade física e mental dos colaboradores. Um princípio básico associado a essas condições é a
- A) higiene do trabalho, que se limita à limpeza física do ambiente, sem envolvimento efetivo com fatores ergonômicos, psicológicos ou sociais.
 - B) saúde ocupacional, no que diz respeito à assistência médica em casos de acidentes, não abrangendo as medidas preventivas.
 - C) gestão de segurança do trabalho, que deve ser tratada como responsabilidade exclusiva dos órgãos fiscalizadores externos, sem participação da organização.
 - D) saúde e a segurança do trabalho, que têm caráter primordialmente corretivo, aplicadas na prevenção de acidentes ou doenças ocupacionais.
 - E) higiene do trabalho, que compreende o estudo de condições ambientais que possam gerar riscos à saúde, como ruídos, temperatura e iluminação inadequada.
39. A avaliação de desempenho é um instrumento relevante para o acompanhamento e desenvolvimento dos colaboradores, mas pode ser prejudicada por erros de julgamento cometidos pelos avaliadores. No processo de avaliação de desempenho, um dos riscos mais frequentes é a ocorrência do Efeito Halo. Esse viés ocorre quando o avaliador
- A) avalia os resultados quantitativos, desconsiderando os aspectos comportamentais do colaborador.
 - B) considera as últimas ações do colaborador, ignorando o desempenho ao longo de todo o período avaliado.
 - C) concentra-se em apenas um aspecto positivo ou negativo do avaliado e generaliza esse julgamento, estendendo-o às outras dimensões de desempenho.
 - D) permite que os estereótipos ligados à idade, ao gênero ou à aparência influenciem o julgamento realizado.
 - E) adota critérios rígidos e atribui notas baixas a todos os avaliados em detrimento de uma análise individualizada dos seus desempenhos.
40. Na Teoria da Hierarquia das Necessidades, Maslow organizou as motivações humanas em níveis que vão das mais básicas às mais elevadas. A ordem correta desses níveis é, respectivamente:
- A) necessidades fisiológicas, necessidades sociais, necessidades de segurança, necessidades de estima e autorrealização.
 - B) necessidades de segurança, necessidades fisiológicas, necessidades sociais, necessidades de estima e autorrealização.
 - C) necessidades sociais, necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades de estima e autorrealização.
 - D) necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e autorrealização.
 - E) necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades de estima e autorrealização, necessidades sociais.
41. O dirigente máximo de uma autarquia autorizou a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), regido pelo Decreto nº 11.072/2022, que substitui o controle de assiduidade e pontualidade pelo controle de entregas e resultados. Se uma servidora pública dessa autarquia quiser aderir à modalidade de teletrabalho, ela precisa saber que essa adesão
- A) não poderá ocorrer em regime de execução integral, mas com ao menos um dia presencial.
 - B) não dependerá de acordo mútuo entre o agente público e a Administração Pública Federal.
 - C) ficará condicionada à compatibilidade da modalidade com as atividades a serem desenvolvidas.
 - D) acarretará o custeio e as providências da estrutura física e tecnológica do local de teletrabalho ao órgão público.
 - E) exigirá que a servidora permaneça disponível para contato no período definido pelo dirigente máximo.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

42. No que se refere ao rito procedimental estabelecido na Lei 9.784/99, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta.
- A) A instrução do processo administrativo se inicia apenas de ofício, formulado por escrito, admitindo-se, em alguns casos, solicitação oral.
 - B) Interessado no processo é aquele que, mesmo sem tê-lo iniciado, possui direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
 - C) Na inexistência de competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado pela autoridade de maior grau hierárquico de decisão.
 - D) A delegação da competência a outros órgãos ou titulares deve ser feita aos hierarquicamente subordinados, quando for conveniente e não houver impedimento legal.
 - E) É permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes justificados, a avocação definitiva de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
43. A investidura em cargo público ocorre com a posse, que deve ser realizada em um prazo específico após a publicação do ato de nomeação. De acordo com a Lei nº 8.112/90, um candidato nomeado que não toma posse no prazo legal
- A) perde o direito à vaga, e o órgão público é obrigado a convocar o próximo candidato da lista de aprovados para preencher o cargo.
 - B) tem a nomeação tornada sem efeito e pode ser nomeado novamente em um prazo de 60 dias.
 - C) perde o direito à vaga, a sua nomeação é tornada sem efeito e o candidato é automaticamente excluído da lista de aprovados do concurso público.
 - D) perde o direito à vaga, e a nomeação é tornada sem efeito, não podendo ser nomeado novamente a partir da mesma lista de aprovados.
 - E) tem a nomeação tornada sem efeito e pode ser nomeado novamente em um prazo de 30 dias.
44. Uma servidora pública da gestão de pessoas com lotação em uma instituição pública federal de ensino em Recife, foi convidada para trabalhar na Semana do Servidor, que será realizada em uma unidade da mesma instituição em Caruaru, de 20 a 24 de outubro. Para esse evento, ela se deslocará a serviço em carro institucional e pernoitará na cidade por quatro noites. Sendo assim, ela terá direito a
- A) ajuda de custo, para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.
 - B) auxílio-moradia para custear a hospedagem no período que estiver longe da sede.
 - C) adicional por serviço extraordinário para cobrir despesas de serviços temporários.
 - D) indenização de transporte para custear despesas de deslocamento da sede para Caruaru.
 - E) diárias, para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.
45. Uma pessoa recém-formada em Bacharelado em Administração foi aprovada em concurso público para o cargo de Administrador. Após a publicação do edital de homologação, ela notou que o prazo de validade do certame era de um ano, sem prorrogação. Na dúvida, consultou a legislação vigente para verificar o prazo máximo de validade de concursos públicos. De acordo com a Constituição Federal, o prazo de validade de um concurso público é, no máximo,
- A) um ano, e a Administração Pública pode prorrogá-lo por igual período, caso haja necessidade de convocação de mais aprovados.
 - B) dois anos, e a Administração Pública pode prorrogá-lo por igual período, caso haja necessidade de convocação de mais aprovados.
 - C) três anos, e a Administração Pública pode prorrogá-lo por igual período, caso haja necessidade de convocação de mais aprovados.
 - D) um ano, e a Administração Pública não pode prorrogá-lo, ainda que haja necessidade de convocação de mais aprovados.
 - E) dois anos, e a Administração Pública não pode prorrogá-lo, ainda que haja necessidade de convocação de mais aprovados.

46. Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de Tecnólogo em Gestão de Pessoas, consultou a Lei nº 11.091/2005, que estrutura o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) das Instituições Federais de Ensino. Ao analisar as formas de desenvolvimento na carreira, ela percebeu que
- A) a aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, respeitado o interstício de quatro anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima.
 - B) a progressão por mérito é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente a cada vinte e quatro meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.
 - C) o incentivo à formação será concedido ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma do regulamento, de acordo com os critérios e processo de validação dos certificados e títulos.
 - D) o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, progressão por capacitação profissional e progressão por mérito profissional.
 - E) cada evento de capacitação poderá ser computado mais de uma vez para fins de aceleração da progressão por capacitação, sendo necessário apenas realizar a complementação da carga horária.
47. O desenvolvimento de carreira é uma tarefa da gestão de pessoas apoiado por diferentes ferramentas utilizadas pelas organizações. A metodologia que emprega entrevistas, dinâmicas, simulações e jogos de empresas, oferecendo feedback sobre pontos fortes e fracos, e identificando potenciais de crescimento profissional, é denominada
- A) Testes Psicológicos.
 - B) Centros de Avaliação (*Assessment Centers*).
 - C) Projeções de Promovabilidade.
 - D) Planejamento de Sucessão.
 - E) Rodízio de Funções.
48. A empresa fictícia implantou um programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e organizou ações como: adequação ergonômica dos postos de trabalho, oferta de treinamentos para desenvolvimento profissional, fortalecimento da comunicação interna com maior participação dos colaboradores nas decisões e implantação de horários flexíveis. De acordo com o modelo de 8 fatores proposto por Walton, essas ações correspondem, respectivamente, aos critérios de:
- A) compensação justa, desenvolvimento humano, relevância social do trabalho e constitucionalidade das normas.
 - B) condições físicas de trabalho, remuneração variável, clima organizacional e estabilidade no emprego.
 - C) desenvolvimento humano, participação nos lucros, segurança ocupacional e equidade interna.
 - D) integração social, benefícios indiretos, oportunidades de carreira e flexibilidade contratual.
 - E) condições de trabalho, oportunidade de crescimento, integração social e segurança.

49. Um órgão público, ao finalizar a proposta do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, deverá encaminhá-la ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para ciência e eventuais sugestões de alteração. Esse encaminhamento deverá ser feito até o dia
- A) 31 de outubro de cada ano pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação.
 - B) 30 de setembro de cada ano pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, permitida a delegação aos três níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, permitida a subdelegação.
 - C) 31 de outubro de cada ano pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, permitida a subdelegação.
 - D) 30 de setembro de cada ano pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação.
 - E) 31 de outubro de cada ano pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, permitida a delegação aos três níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação.
50. Um servidor público em estágio probatório, passou por um procedimento cirúrgico e precisará se afastar do trabalho por 30 dias como determina seu atestado médico particular. Considerando a Lei nº 8112/90, pode-se dizer que, mesmo em estágio probatório, o servidor tem direito à licença para tratamento de saúde remunerada, desde que haja
- A) avaliação de junta médica oficial. O período da licença, inclusive, contará como efetivo exercício.
 - B) perícia oficial. No entanto, o tempo de licença não será computado como efetivo exercício.
 - C) avaliação de junta médica oficial. No entanto, o tempo de licença não será computado como efetivo exercício.
 - D) avaliação de junta médica oficial. No entanto, no período da licença, haverá suspensão do estágio probatório.
 - E) perícia oficial. O período da licença, inclusive, contará como efetivo exercício.

